



## Pregões Eletrônicos de Minas Gerais passarão a utilizar software robô

### Utilização de robôs em Pregão Eletrônico causou debate no estado mineiro

O Pregão Eletrônico 46/19 da Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais causou polêmica. A licitação, que tinha como objeto o fornecimento de alimentos para unidades prisionais de São João Del Rei e Resende da Costa, foi influenciada pelo uso de softwares eletrônicos. Por este motivo, houve denúncias ao processo de compra pública. A Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais resolveu, no entanto, que o uso de robô não fere os princípios licitatórios.

Sebastião Helvecio, conselheiro do órgão, defendeu que não há impedimentos legais para a utilização destas tecnologias. O conselheiro afirmou, ainda, o pioneirismo desta medida e a necessidade de celeridade nas compras públicas. Para além disso, Helvecio enfatizou que a competitividade continua sendo um princípio do processo, apesar da atuação de robôs.

O tema gera debates, uma vez que é praticamente impossível acompanhar a rapidez de lances de um sistema automatizado. Para além disso, empresas que não puderem arcar com softwares do tipo poderão ser impossibilitadas de participar. Por este motivo, alguns estudiosos da área consideram que a inserção da robótica no procedimento licitatório fere o princípio da isonomia. Seus defensores, por outro lado, enfatizam a necessidade de inovação na Administração Pública e a possibilidade de maximização de celeridade.

Consulta realizada no dia 07/08/2019 às 18:09 no site do IBEGESP link <https://www.ibegesp.org.br/pregoes-eletronicos-de-minas-gerais-passarao-a-utilizar-software-robô/>.

O Tribunal de Contas dos Estado de Minas Gerais, já proferiu decisão em liminar contraria a utilização de Softwares Robôs, por clara afronta ao princípio da Isonomia, vejamos o voto do relator:

*Diante do exposto, nesse juízo superficial, entendo que a utilização de software de remessa automática de propostas configurou, no caso concreto, afronta ao princípio da isonomia, insculpido no art. 3º da Lei n. 8.666/1993. Ademais, nos termos do parágrafo único do art. 5º da Lei Estadual n. 14.167/2002, as normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não se comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação. Nesse sentido, entendo configurada a plausibilidade do direito. Quanto ao periculum in mora, do mesmo modo, entendo-o existente, tendo em vista a iminência da homologação do certame e da consequente contratação.*